

A Língua Portuguesa em Dia

Francine Baranoski Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Francine Baranoski Pereira

(Organizadora)

A Língua Portuguesa em Dia

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L755 A língua portuguesa em dia [recurso eletrônico] / Organizadora Francine Baranoski Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-89-5

DOI 10.22533/at.ed.895182211

1. Língua portuguesa. I. Gaviolli, Gabriel. II. Título. III. Série.

CDD 469.04

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra intitulada: "A Língua Portuguesa em Dia" traz uma riqueza de estudos nas grandes áreas: Gramática, Língua e Literatura, áreas que possuem identidades próprias, que se complementam e propiciam a reflexão e compreensão dos fenômenos da linguagem em suas diversas manifestações.

Os artigos desta edição, fazem um convite ao leitor/professor/estudante da área e/ ou demais interessados a compreender o discurso literário de diversos autores brasileiros e estrangeiros, dentre eles: Clarice Lispector, Ana Miranda, Eulálio Motta, Carson McCullers, Luandino Vieira, José Lins do Rego, Suleiman Cassamo, Paulina Chiziane sob múltiplos enfoques. Mostram estudos que ressaltam a importância do uso da gramática, do dicionário, do ensino de diversos gêneros textuais em sala de aula. Apresentam análises e eventos discursivos, variedades linguísticas, contribuições para o ensino de língua estrangeira, uso da tecnologia no ensino do Português e ensino de Libras em um relato de experiência. Todos os capítulos contém embasamento teórico seguido de explicações, indagações e reflexões ou relatos, provocando no leitor a construção de suas compreensões e interpretações e por fim, do seu próprio conhecimento dos estudos apresentados.

Deste modo, a leitura desta obra propiciará inúmeras contribuições para leitores, professores, estudantes e pesquisadores em suas leituras, práticas e pesquisas neste âmbito plural, pois traz o conhecimento científico em distintas áreas que perpassam Língua e Literatura.

Francine Baranoski Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AMBIVALÊNCIA ENTRE A TEMPORALIDADE NARRATIVA FICCIONAL E A TEMPORALIDADE HISTÓRICA NA OBRA <i>BOCA DO INFERNO</i> DE ANA MIRANDA	
<i>Ivete Monteiro de Azevedo</i>	
<i>Lídia Maria Nazaré Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822111	
CAPÍTULO 2	11
A NORMALIZAÇÃO NA TRADUÇÃO DO VOCÁBULO “MORTE/DEATH” EM DUAS OBRAS DE CLARICE LISPECTOR TRADUZIDAS PARA A LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO BASEADO EM CORPUS	
<i>Thereza Cristina de Souza Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822112	
CAPÍTULO 3	22
EDIÇÃO CRÍTICO-GENÉTICA DO POEMA “TERRA DE PROMISSÃO”, DE EULÁLIO MOTTA	
<i>Pâmella Araujo da Silva Cintra</i>	
<i>Patrício Nunes Barreiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822113	
CAPÍTULO 4	36
EDIÇÃO CRÍTICO-GENÉTICA DO POEMA CARNAVAL DE MUNDO NOVO, DE EULÁLIO MOTTA	
<i>Maria Rosane Vale Noronha Desidério</i>	
<i>Patrício Nunes Barreiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822114	
CAPÍTULO 5	48
EM BUSCA DE RESPOSTAS: DEUS EXISTE?	
<i>Ieda Tinoco Boechat</i>	
<i>Carlos Henrique Medeiros de Souza</i>	
<i>Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822115	
CAPÍTULO 6	63
EM CENA A LENDA AMAZÔNICA: A MATINTA PERERA	
<i>Rosalina Albuquerque Henrique</i>	
<i>Célia Suely Abreu Cota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822116	
CAPÍTULO 7	73
LITERATURA E MÚSICA NOS CONTOS “WUNDERKIND” E “MADAME ZILENSKY E O REI DA FINLÂNDIA” DE CARSON MCCOLLERS	
<i>Júlia Reyes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822117	
CAPÍTULO 8	87
LUANDINO VIEIRA PELOS CAMINHOS DA PAISAGEM, DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA EM LUUANDA	
<i>Fabiana de Paula Lessa Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822118	
CAPÍTULO 9	100
MEMÓRIA CULTURAL DOS ESCRITORES: AS ENGRENAGENS DE JOSÉ LINS DO REGO.	
<i>Evandro Figueiredo Candido</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8951822119	

CAPÍTULO 10	115
ENTRE CULTURAS: A MISSÃO CIENTÍFICA AUSTRO-ALEMÃ DE 1817 AO BRASIL	
<i>Leonardo Ferreira Kaltner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221110	
CAPÍTULO 11	130
UM PASSEIO PELAS RUAS, CIDADES E VIDAS EM SULEIMAN CASSAMO	
<i>Fabiana de Paula Lessa Oliveira</i>	
<i>Fabiana Rodrigues de Souza Pedro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221111	
CAPÍTULO 12	140
PROCEDIMENTO LITERÁRIO DE PAULINA CHIZIANE “VENTOS DO APOCALIPSE”	
<i>Lídia Maria Nazaré Alves</i>	
<i>Ivete Monteiro de Azevedo</i>	
<i>Ana Maria de Carvalho Leite</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221112	
CAPÍTULO 13	148
CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA NARRATIVA GÓGOLIANA E A MOTIVAÇÃO MORAL A PARTIR DE TCHITCHIKOV EM ALMAS MORTAS, DE NIKOLAI GÓGOL	
<i>Márlon Coí Rojas</i>	
<i>Evandro Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221113	
CAPÍTULO 14	152
A TRAVESSIA DA LETRA E DAS PERSONAGENS CLARICIANAS	
<i>Lídia Maria Nazaré Alves</i>	
<i>Ivete Monteiro de Azevedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221114	
CAPÍTULO 15	167
ANÁLISE DA PROPAGANDA ORAL À LUZ DOS ESTUDOS RETÓRICO-CONVERSACIONAIS	
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221115	
CAPÍTULO 16	180
A INTERFACE SEMIOLINGUÍSTICA NAS CANÇÕES DE NANDO REIS NO ESTUDO DA LEITURA	
<i>Carmen Elena das Chagas</i>	
<i>Pânmeila Franco Bispo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221116	
CAPÍTULO 17	191
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Fátima Stela Bezerra Viana Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221117	
CAPÍTULO 18	199
O DICIONÁRIO E A GRAMÁTICA NAS ENTRELINHAS DE PESQUISAS	
<i>Amós Coêlho da Silva</i>	
<i>Anne Marilyn Silva Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221118	

CAPÍTULO 19	213
ANÁLISE DAS REGRAS DE FÓRUNS DE FANFICTIONS COMO ESTRATÉGIA NA ADEQUAÇÃO DA ESCRITA DOS JOVENS ÀS NORMAS ORTOGRÁFICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Elaine Santana de Souza</i>	
<i>Luciano Dias de Sousa</i>	
<i>Raquel Veggj Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221119	
CAPÍTULO 20	225
ANÁLISE DO DISCURSO DE UMA CAMPANHA DE SAÚDE FEMININA	
<i>Edelyne Nunes Diniz de Oliveira</i>	
<i>Lucineide Matos Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221120	
CAPÍTULO 21	237
ANÁLISE DO LOGOS ARISTOTÉLICO NO GÊNERO TEXTUAL DEBATE POLÍTICO TELEVISIONADO	
<i>Romildo Barros da Silva</i>	
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221121	
CAPÍTULO 22	254
ANÁLISE SEMÂNTICA DO ROTEIRO DE TELENOVELA	
<i>Simone Dorneles Severo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221122	
CAPÍTULO 23	279
AS CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO ANÚNCIO NO ESTÍMULO À LEITURA	
<i>Géssica Pereira Monteiro Rangel</i>	
<i>Eliana Crispim França Luquetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221123	
CAPÍTULO 24	290
AS FORMAS PRONOMINAIS TU, VOCÊ E O(A) SENHOR(A) NO PORTUGUÊS FALADO EM CAMETÁ-PARÁ	
<i>Raquel Maria da Silva Costa</i>	
<i>Karina Pereira Castro</i>	
<i>Kéttelen Mayara Tavares Brito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221124	
CAPÍTULO 25	304
ATIVIDADES DE REFERENCIAÇÃO: O USO DE MARCADORES TEMPORAIS EM NARRATIVAS AFILIADAS AO LENDÁRIO AMAZÔNICO	
<i>Heliud Luis Maia Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221125	
CAPÍTULO 26	318
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PERSPECTIVA: O QUE AS PESQUISAS (NÃO) TÊM A DIZER SOBRE A PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM?	
<i>Joane Marieli Pereira Caetano</i>	
<i>Adriene Ferreira de Mello</i>	
<i>Dulce Helena Pontes-Ribeiro</i>	
<i>Carlos Henrique Medeiros de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221126	

CAPÍTULO 27	334
ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Andréa dos Guimarães de Carvalho</i>	
<i>Gilmar Garcia Marcelino</i>	
<i>Kelly Francisca da Silva Brito</i>	
<i>Renata Rodrigues de Oliveira Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221127	
CAPÍTULO 28	341
EVENTOS DISCURSIVOS CARREGADOS DE SENTIDOS: EFEITOS MONITORÁVEIS?	
<i>Ieda Tinoco Boechat</i>	
<i>Thiago Soares de Oliveira</i>	
<i>Sérgio Arruda de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221128	
CAPÍTULO 29	354
GÊNEROS TEXTUAIS, TECNOLOGIA E ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS.	
<i>Ângela Marina Bravin dos Santos</i>	
<i>Arthur Lima de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221129	
CAPÍTULO 30	361
O QUE DIZEM AS REDAÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL I ? - UMA PESQUISA BASEADA EM CORPORA	
<i>Elaine Cristina Ferreira de Oliveira</i>	
<i>Adriane Orenha-Ottaiano</i>	
<i>Ravel João da Silva Gimenes</i>	
<i>Leandro Ferreira de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221130	
CAPÍTULO 31	370
UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE OS DIÁLOGOS DIDÁTICO NOS LIVROS DE LÍNGUA INGLESA	
<i>Sonia Maria da Fonseca Souza</i>	
<i>Eliana Crispim França Luquetti</i>	
<i>Poliana da Silva Carvalho</i>	
<i>Vyvian França Souza Gomes Muniz</i>	
<i>Joane Marieli Pereira Caetano</i>	
<i>Carlos Henrique Medeiros de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221131	
CAPÍTULO 32	385
ENTRE FATOS E HIPÓTESES: A LINGUAGEM EM ANÁLISE	
<i>Ivete Monteiro de Azevedo</i>	
<i>Lídia Maria Nazaré Alves</i>	
<i>Leonardo Gomes de Souza</i>	
<i>Fernanda Soares Wenceslau</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89518221132	
SOBRE A ORGANIZADORA	401

EVENTOS DISCURSIVOS CARREGADOS DE SENTIDOS: EFEITOS MONITORÁVEIS?¹

Ieda Tinoco Boechat

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Itaperuna – RJ

Thiago Soares de Oliveira

Instituto Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes – RJ

Sérgio Arruda de Moura

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Campos dos Goytacazes – RJ

RESUMO: Este artigo discute os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, protagonistas da “crise das charges”, que impactou o mundo pela primeira vez em 2005 e pela segunda vez em 2015. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e consulta a *sites*, documentários e periódicos, este estudo põe em questão a possibilidade de um discurso ser inócuo, concluindo que o discurso é essencialmente sentido, um evento discursivo irrepetível e que traz todo um significado que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, colocando-se como uma ação endereçada a um interlocutor, que pode gerar (re)ações, comunicar ideias e

(des)fazer vínculos sociais, não sendo, portanto, ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia. Subjetividade. Efeitos de sentido.

ABSTRACT: This paper discusses the effects of meaning built on the discursive events between Islamic extremist terrorists and French cartoonists, protagonists of the “cartoon crisis”, which first impacted the world in 2005 and for the second time in 2015. Thus, using bibliographic research and consultation of websites, documentaries and periodicals, this study questions the possibility of a discourse being innocuous, concluding that the discourse is essentially meaningless, an unrepeatable discursive event and that carries a whole meaning that becomes expressed for the reader, in the light of an accompanying already-said, posing as an action addressed to an interlocutor, who can generate (re)actions, communicate ideas and make/undo social bonds, and is therefore not naive, apolitical and devoid of meaning or completely without intention.

KEYWORDS: Ideology. Subjectivity. Effects of sense.

1 Este artigo foi publicado nos Anais do XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Uma versão do texto foi publicada na Revista Augustus, v.19, n.38, jul/dez 2014, sob o título Franceses e islâmicos: um choque de civilizações em discursos bélicos.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tematiza o discurso contextualizado nas relações discursivas entre os jornalistas franceses e os terroristas extremistas islâmicos. Objetiva, assim, discutir a formação discursiva e os efeitos de sentido que se constroem nessas relações que se tecem em uma terminologia e atitudes bélicas; para tanto, expõem-se os pressupostos da Análise do Discurso e relata-se brevemente o desenrolar da história entre os protagonistas responsáveis pela “crise das charges”, problematizando a questão: um discurso pode ser inócuo?

Dessa forma, este artigo centra sua justificativa, inspirada em Possenti (2009), no entendimento de que um discurso só ocorre em uma sociedade se houver aí condições de produção sócio-históricas na formação social, para que haja uma ideologia que se materialize em um discurso que tenha marcas características dessa ideologia. Logo, supõe-se, um discurso não é ingênuo e apolítico nem desprovido de sentido ou isento de intenção, o que pressupõe uma análise não totalmente pautada na Análise do Discurso de Francesa, em razão dos próprios posicionamentos de Possenti (2009), mas enviesada por tal disciplina, uma vez que se faz necessária a apresentação, ainda que sucinta, de determinados conceitos.

Relevante se mostra tal discussão por evidenciar que parece pairar no imaginário social a possibilidade de monitorar efeitos de sentido e de que suas consequências sejam previstas, ou seja, que eventos discursivos alcançarão somente o objetivo a que se propuseram inicialmente aqueles que o enunciaram.

Por fim, com o intuito de dar conta de uma análise que, obviamente, não se esgota em poucas páginas tampouco esgota os diversos vieses a partir dos quais o tema pode ser tratado, vale ressaltar que não se pretende exaurir as vias de análise, mas refletir e analisar o tema em questão sob a ótica discursiva.

2 | METODOLOGIA

Inicialmente, este trabalho parte de uma sucinta revisão bibliográfica que, de per si, não representa a metodologia adotada, já que a bibliografia especializada não constitui, de fato, a fonte de dados a que se recorre para o desenvolvimento da pesquisa. Aliás, segundo Tozoni-Reis (2010), pensar que a pesquisa bibliográfica está presente em todas as modalidades de pesquisa é um equívoco cometido tanto por alguns pesquisadores iniciantes quanto por pesquisadores mais maduros.

Na verdade, a base teórica que respalda a discussão aqui proposta é resultado de uma revisão bibliográfica a partir da qual se recorre a autores da área do discurso, especialmente da Análise do Discurso (AD), ainda que esta disciplina não seja o único supedâneo de entendimento a embasar o artigo, já que, no decorrer da parte teórica do trabalho, a noção de sujeito assujeitado da AD é contraposta à noção de sujeito intencional de Possenti (2009).

Considerando, dessa forma, a fonte de dados que respalda o fazer analítico deste artigo, adota-se como metodologia a pesquisa documental de caráter qualitativo, amparada, por conta do assunto, em consultas a *sites*, vídeos do *Youtube*, documentários e artigos publicados na revista *Veja*. Por se tratar de um tema recente, a coleta de dados se valeu não só dos periódicos e documentários produzidos e divulgados a respeito da “crise das charges”, mas também de vídeos capazes de engrossar a discussão sobre o assunto.

Nesse sentido, a fim de dar conta do objetivo proposto de discutir os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, parte-se da consulta a obras, documentários e periódicos, ancorados em pressupostos teóricos discursivos, com o intuito de construir um artigo capaz de abordar a questão do efeito de sentido de forma não fragmentária, mas inter-relacionada.

3 | OS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO APLICADOS ÀS CHARGES

Diversas são as concepções da palavra “discurso” no âmbito da Análise do Discurso. Contudo, para a finalidade aqui proposta, os estudos do discurso têm, a princípio, de ser considerados como um fenômeno político, antes de mais nada, e segundo o entendimento de Oliveira (2013).

De acordo com Silva (2013), segundo a teoria bakhtiniana ou dialógica, o discurso humano resulta de condições sociais e históricas, logo, nunca se fala sozinho; a autoria pressupõe polifonia, pois implica um diálogo entre diferentes autores: “o grupo de Bakhtin pensa a linguagem como um lugar de convergência de diferenças, em que a identidade se constrói pela convivência com a diversidade, com o outro” (SILVA, 2013, p. 48).

O princípio do dialogismo que orienta essa teoria se refere ao fato de que quando alguém fala, dirige-se a outro, mesmo sem conhecê-lo; simultaneamente, sempre retoma o que já foi dito por outros. Isso implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa. Essa noção liga-se à concepção de língua como interação verbal, o que se evidencia no fato de um autor levar em consideração seu interlocutor direto ou indireto quando produz um enunciado. Assim, prossegue Silva (2013), o dialogismo acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados. Importa esclarecer que o termo enunciado recebe definições diversas, sendo considerado por Maingueneau (2004, p. 57) como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

Na concepção de Bakhtin (1929) *apud* ALKMIN, 2001, p. 25),

[...] a verdadeira substância da língua [...] é constituída [...] pelo fenômeno social da

interação verbal realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Nessa linha de raciocínio, Silva (2013) explica que, enquanto para algumas teorias o enunciado é o produto da enunciação, para Bakhtin, o processo e o produto da enunciação são constitutivos do enunciado.

Pode-se dizer que se tem, desse modo, na filosofia bakhtiniana, uma “filosofia do ato ético”, assevera Silva (2013, p. 51), uma vez que

Os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito que tem um lugar na sociedade e na história, ou seja, um sujeito que sempre está em interação com outros sujeitos. Por isso, o signo para Bakhtin não é linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural. O termo ético, então, refere-se à vida do homem, e não ao certo ou ao errado.

Assim, mesmo uma pessoa trazendo em seu discurso as vozes de outros e respondendo a elas, diz Silva (2013), cada enunciador, no uso da língua e se instaurando como sujeito do discurso, dá ao enunciado seu estilo, estabelecendo relações dialógicas com os discursos que configuram seu tempo, comprometendo-se com eles, reproduzindo-os ou questionando-os.

Os diversos discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem independentemente. Toda *formação discursiva* (que elabora as formas de dizer) corresponde a uma formação ideológica (que elabora o *pensar*). A formação discursiva é ensinada a cada homem que, com ela devidamente assimilada, constrói seus discursos. O homem, dessa forma, reage linguisticamente aos acontecimentos (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189, grifo do autor).

Nesse rumo, afirma Santos (2013) que Pêcheux entende o discurso como os efeitos de sentido dentro da relação linguagem e ideologia, um ponto intermediário entre ambas, que busca explicitar os mecanismos da determinação histórica nos processos de significação. O autor estabelece uma ligação entre ideologia, discurso e subjetividade ao articular materialismo histórico, linguística e psicanálise para conceber um sujeito “capturado”, constituído no processo de interpelação: um sujeito de uma formação social, que se reconhece como sujeito por práticas no interior de formações ideológicas, referendadas por meio de formações discursivas.

Por formação discursiva, entende-se com Foucault (2009, p. 43-44) um

[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Tal concepção é reformulada por Pêcheux e relacionada à história, à memória discursiva e às formações ideológicas, definidas como um

Conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais

nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras, que têm como parte constituinte de si uma ou mais formações discursivas que se inter-relacionam, determinando aquilo que se pode e deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX (1971) *apud* SANTOS, 2013, p. 219).

Desse modo, segundo Santos (2013), o interdiscurso, articulado ao complexo de formações ideológicas – falas que procedem de outros lugares de maneira independente –, é definido como memória discursiva – um conjunto de já-ditos que sustenta o dizer: os sujeitos deixam transparecer os efeitos de um saber discursivo que os une por meio do inconsciente e das ideologias que os envolvem. O intradiscurso, por sua vez, seria uma interioridade, o dito atravessado pelo não-dito, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Em outras palavras, Santos (2013) sintetiza a representação que Orlandi faz dessa construção: o já-dito (o interdiscurso) estaria no eixo vertical, o que está sendo dito (o intradiscurso) estaria no eixo horizontal e o dizível na intersecção dos referidos eixos.

Pêcheux, assim, entende que as formações discursivas se desenvolvem em espaços ideológico-discursivos, dadas as relações de dominação, subordinação e contradição em que são forjadas, e que a formação ideológica está vinculada a uma subjetividade adjacente da e na história, diz Santos (2013).

Nesse contexto, evidente se torna que todo discurso das civilizações se tece com fios ideológicos, subjetivos e históricos. Com os cartuns publicados em jornal não seria diferente. Segundo Silva (2013), a análise de uma charge de jornal deve considerar, além dos quadrinhos e palavras utilizadas, o cartunista que a produz, em que local circula o jornal e quem o lê: a identidade do autor, as temáticas que aborda, o jornal em que ele publica (público-alvo, seção, notícias daquele período) e o que o presumido leitor do jornal sabe sobre o assunto e qual sua posição social. Estes são fatores externos essenciais à constituição de sentidos ao enunciado, pois participam dele como constitutivos do todo que cria sentidos.

Na concepção de Pêcheux, Silva (2013) diz que a unidade de sentido marca as fronteiras do enunciado. O sentido abre-se em significação, que é constante; e tema, que é único e irrepetível, pois diz respeito ao todo constitutivo do enunciado, como, por exemplo, parte verbal, entonação, relação entre os interlocutores, condições sócio-históricas, temporais e espaciais, entre outras.

Importa, no entanto, salientar que Possenti (2009) sugere que o sentido não é convencional. O autor alude a Bakhtin para lembrar que o signo não espelha a realidade, mas a refrata. E prossegue dizendo que a significação depende dos discursos que exibem os meios de expressão e, simultaneamente, é a significação que faz, em boa medida, os discursos serem o que são. Ela só pode ser explicada por meio de uma história entendida como luta de classes em torno de bens materiais e simbólicos. Esse entendimento de Possenti (2009) claramente destoa da análise de Santos (2013)

acerca da noção de Pêcheux relativa ao sujeito “capturado”, assujeitado pela ideologia e pelo inconsciente.

Em outras palavras, Possenti (2009) entende que o sujeito enuncia um discurso “de outro” numa dada circunstância, assumindo uma posição discursiva. Para o autor, tal sujeito elabora um novo enunciado sobre e a partir do material do outro discurso e intervém ativamente na produção de algo novo, sabe o que está fazendo e tem espaço de atuação, não sendo, portanto, nem autônomo nem subjugado.

Sujeitos livres decidiriam a seu belprazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo. Nada é estanque nem totalmente estruturado (POSSENTI, 2009, p. 73).

Desse modo, o sujeito tem, para o autor supracitado, relativa autonomia na condução do seu discurso, não estando, pois, convertido a uma ordem discursiva, passivamente submetido ao projeto de outro discurso, apenas reproduzindo as forças que fizeram com que o enunciado se produzisse de um modo e não de outro, ou seja, o sujeito não é refém do interdiscurso.

Possenti (2009) fala, então, de um sujeito intencional, de um sujeito “fora do arquivo”, que assume uma posição ao enunciar seu discurso, considerando a circunstância do aparecimento de tal discurso em um dado momento como mais uma condicionante sua a ser acrescentada ao interdiscurso.

Para tal formulação, Possenti (2009) baseia-se em De Certeau e Maingueneau para asseverar que, além de condicionado por “efeitos de estrutura”, o sujeito não é somente consumidor, mas um “usuário” de discursos, cuja competência discursiva se deve ao pequeno número de restrições que subjuga o discurso, verdadeira máquina de produzir enunciados e textos.

A partir das conjecturas acima, Possenti (2009, p. 80) propõe o princípio de que o “discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura”, princípio do qual derivam outros cinco:

- a. os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais;
- b. cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial;
- c. cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior;
- d. cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal; e
- e. o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer).

Então, longe de assujeitado, reforçada está a tese do sujeito intencional, afastado de uma das principais premissas da AD. Isso significa que as pessoas podem enunciar um discurso usando deliberadamente o interdiscurso religioso-político, por exemplo, provocando sentidos cômicos e críticos em um espaço de enunciação, e sentidos interditos e heréticos em outro.

Assim, Possenti (2009) alerta para a possibilidade de ocorrer uma interincompreensão quando se fala de um discurso estando fora dele, principalmente se a posição adotada é conflitante com tal discurso: “os enunciados de um discurso são interpretados segundo os princípios (a semântica global) do outro discurso, e o resultado é sempre um simulacro” (POSSENTI, 2009, p. 65). Desse modo, inegável é que o discurso tem um enorme poder. Ele (re)produz “conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de representar a realidade; estabelece relações sociais; e cria, reforça ou reconstitui identidades” (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189).

O poder do discurso se pode constatar no diálogo acirrado entre os jornalistas franceses do *Charlie Hebdo* e os extremistas do Islã expresso no conflito político mundial deflagrado pela publicação das doze charges que ironizavam Maomé, tanto no evento de 2005, quanto, novamente, em 2015.

4 | A SÁTIRA DO SEMANÁRIO FRANCÊS E O TERRORISMO EXTREMISTA ISLÂMICO

“Quando as guerras são travadas no terreno das ideias, as armas mais eficientes são os gestos carregados de significados” (WATKINS, 2015, p. 57). Assim, a jornalista inicia seu texto para dizer que, em resposta ao atentado ao jornal *Charlie Hebdo* e à matança aos judeus, o presidente francês sai às ruas e o mesmo jornal, daí a uma semana, revida com Maomé na capa chorando e anunciando com um cartaz em punho “Eu sou Charlie”.

Segundo Watkins (2015), as mensagens destinavam-se ao mundo, mas, em especial, aos terroristas extremistas, que almejam ganhar dos franceses um *status* de cidadãos que os liberasse de incorporar valores ocidentais, tais como a liberdade de expressão e de religião, bem como o Estado de Direito. Esses indivíduos são aqueles que se apoiam na religião para matar os que consideram infiéis ou se colocam como obstáculos aos seus planos.

Ainda consoante a autora, cogitou-se, nas comunidades islâmicas, a necessidade de separar o joio do trigo; caberia, pois, uma ação efetiva dos muçulmanos moderados de denunciar e isolar os perigosos, além de evitar novos ataques, já que estes últimos perfazem seis por cento da população muçulmana na Europa. Segundo Wolf (2015), para o jovem filósofo muçulmano Bidar, não é suficiente que os pacíficos digam “Isso não é o Islã” e que os moderados digam “Não em meu nome”. Seria preciso mais: um

enfrentamento.

No entanto, para Watkins (2015), panos quentes sobre a ação terrorista são postos e encontram explicação nas políticas migratórias europeias, cujas medidas se inspiram no multiculturalismo, entendido como a possibilidade de diferentes povos coexistirem sem conviverem e alimentado pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Tais medidas acabaram gerando o isolacionismo dos imigrantes muçulmanos em guetos e periferias, bem como a revolta desse grupo contra a Europa por não se sentirem impelidos a adotar seus valores. Nesse caso, é a religião que define a identidade.

Atualmente, políticos e intelectuais da sociedade fazem uma apologia à proteção e à sensibilidade de grupos em detrimento da defesa dos direitos democráticos históricos, diz Rose (2015). A democracia pode adoecer com o medo, a ideologia antiocidental e a má-fé intelectual, assevera Wolf (2015), aplaudindo a atitude dos franceses que saíram às ruas proclamando “*Je suis Charlie*” e “*not afraid*”, mensagens que, em sua opinião, simbolizaram os melhores valores humanos produzidos e dignificaram as raízes iluministas da civilização, alumando o caminho de saída da escuridão do ódio político e do obscurantismo religioso assassino.

Segundo Wolf (2015), para Bidar, o monstro jihadista, capaz de usurpar a identidade do Islã, nasceu das contradições do islamismo, tornando essa cultura refém de delinquentes. Ele acusa os intelectuais ocidentais de uma cegueira ideológica que os impede de ver o poder da religião sobre os homens, e diz que é preciso enfrentar essas questões com disposição para “reformatar o Islã”, abrindo caminho para regimes democráticos estáveis, para o triunfo do Estado de Direito, do respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos, isto é, para sua ocidentalização” (WOLF, 2015, p. 73).

Nesse rumo, o conflito das charges não se inicia com o ataque dos extremistas à sede do semanário francês, que contabilizou doze mortos e onze feridos. Na verdade, a “crise das charges” começou há dez anos, assevera Rose (2015, p. 64), “depois que encomendei uma dúzia de charges retratando Maomé. Foi essa decisão que provocou uma tempestade ao redor do mundo, com a republicação das charges em vários outros jornais”.

A crise começou em 2005 de modo bastante inocente. Um autor de livros infantis não conseguia encontrar um ilustrador para um livro sobre Maomé. Vários ilustradores se recusaram a fazer o trabalho por medo. Aquele que concordou em fazê-lo insistiu no anonimato. Havia ainda vários outros casos similares. Teatros, comediantes, tradutores e museus estavam censurando a si mesmos quando o assunto era o Islã. *Meu objetivo não era provocar nem zombar de ninguém, mas simplesmente começar um debate a respeito de autocensura em nosso tratamento do Islã em comparação com outras religiões.* Ao propormos uma demonstração prática – “Mostre, não conte”, um princípio jornalístico –, queríamos deixar que os leitores formassem as próprias opiniões. *Como constatamos, temores de violência pela ridicularização de um símbolo religioso estavam longe da fantasia* (ROSE, 2015, p. 64, grifo nosso).

No documentário *Charges Sangrentas de Maomé*, dirigido por Karston Kjaer (2007), que inicia se indagando se Deus é democrático, Kurt Westergaard relata que Flemming Rose pediu-lhe que fizesse as charges para responder à provocação dos terroristas que têm na religião uma munição espiritual. Em 30 de setembro de 2005, doze charges foram publicadas no jornal dinamarquês *Jyllands Posten*, para mostrar que, em uma democracia moderna, pode-se satirizar figuras religiosas.

O xeque Raed Hlayhel explica, no referido documentário, que não acredita se tratar de um conflito entre uma sociedade moderna livre e o islamismo, mas de um ódio que ela nutre desde as Cruzadas. Convicto de que Rose arderá no inferno por setenta anos se não se curvar a Alá, acredita, também, que o Islamismo se funda em valores mais adequados ao ser humano do que aqueles da democracia ocidental. O xeque se orgulha de ter incitado as reações às charges porque esse fato despertou os políticos para suas causas. Ressalta, ainda, que o governo e o jornal dinamarquês, considerando tudo uma questão de liberdade de expressão, não se desculparam.

Os protestos de 2005 foram violentos: bandeiras queimadas, cento e cinquenta pessoas mortas, embaixada dinamarquesa incendiada. Ainda em meio ao calor da revolta, o editor-chefe do *Charlie Hebdo*, Philippe de Val, decide publicar as charges: “Precisamos definir quem faz as leis: os grupos religiosos ou os legisladores em uma democracia”. O jornalista Henryk Broder, a favor de insultar crenças religiosas, refere-se às charges, no documentário, como caricaturas inocentes, ingênuas, ótimas piadas. No entanto, Dr. Ihsanoglu, secretário-geral da OCI, uma organização que coordena vários países islâmicos, nega sua participação no incentivo às violentas reações às charges e pontua que tanto o desrespeito do ocidente a vinte por cento da população mundial quanto o incêndio da embaixada não são atitudes civilizadas: “os dois lados são irresponsáveis”.

Flemming Rose (2015) diz que, em 2005, foi considerado culpado pela reação desmedida e letal de eventos decorrentes de tal acontecimento. O jornalista inquietava-se por não compreender a atitude de pessoas que apoiam a diversidade em relação à cultura, religião e etnia, mas não em relação à autoexpressão. Para ele, quanto maior a diferença, mais necessária é a troca aberta e livre de pontos de vista. Rose entende que a charge encomendada por ele a Westergaard, criticada por racismo e por estigmatizar os muçulmanos, na verdade, ataca uma doutrina religiosa rígida e não um grupo social particular; é-lhe impossível aceitar a lógica de pessoas que colocam religião e raça no mesmo patamar.

Visando defender o direito de ofender e garantir uma liberdade de expressão sem limites em um mundo multicultural, Rose (2015) expressa que, em vez de um tratamento de sensibilidade a ofensas, as pessoas precisam se tornar resistentes e insensíveis. “Os assassinos de Paris acreditavam sinceramente que os seres humanos do *Charlie Hebdo* mereciam morrer por causa de suas charges ofensivas” (ROSE, 2015, p. 65), não discernindo a diferença real entre falar e agir, entre insultar verbalmente alguém e violentá-lo fisicamente.

Perguntado sobre os limites das charges satíricas de Maomé, o ex-editor-chefe do semanário, Philippe de Val responde questionando a impossibilidade de uma civilização de ridicularizar os que bombardeiam trens e aviões e assassinam civis inocentes em massa, diz Rose (2015).

No Brasil, o discurso não é diferente. Adotando uma terminologia bélica, identificando humor a deboche, cartunistas brasileiros reuniram-se no evento “Território Livre da Democracia”, no Rio de Janeiro, uma semana após o atentado, em solidariedade aos franceses. Ziraldo, questionando “o que o Ocidente vai fazer para que nossos filhos não vivam sob o terror”, diz que Volinsky, cartunista assassinado no trágico evento de 7 de janeiro de 2015, a quem sempre considerou “um guerreiro com um propósito”, ter-lhe-ia dito: “se a gente se intimida, se a gente muda de rota e deixa de fazer o jornal que nós fazemos, eles vão ganhar; nós não podemos perder mais. Agora, não dá pra gente recolher as armas e sair do campo de batalha. Vou ter que morrer aí”. Ao que parece, o debate acirrado entre democracia e religião novamente leva o mundo a avaliar os limites da liberdade de expressão e religiosa.

5 | DISCURSOS BÉLICOS: PALAVRAS OFENSIVAS, “CHARGES SANGRENTAS” E ARMAMENTO PESADO

Estupefatos com tamanha violência, cartunistas brasileiros dizem nunca terem pensado na possibilidade de um desenho motivar um ataque terrorista. Será que os cartunistas franceses ignoravam o fato de que um evento discursivo direciona-se a alguém situado espacial, temporal e historicamente, já que os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito em constante interação com outros e que o signo que refrata a realidade não é apenas linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural?

Teria o cartunista que inicia o debate em 2005, para discutir a autocensura no tratamento do Islã em relação a outras religiões, se engajado em uma empreitada político-ideológica sem dimensionar as consequências ao encomendar charges satíricas de Maomé, lembrando-se apenas do princípio jornalístico e ignorando o princípio do dialogismo, que acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados, o que implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa?

Centrado em seu objetivo de dar uma resposta aos provocativos terroristas que tomam a religião por munição, seria o jornalista desconhecedor da importância das condições extralinguísticas na produção dos efeitos de sentido dos enunciados utilizados nos discursos e acreditaria ele em que tal enunciado cumpriria somente o objetivo que tentou produzir pacificamente com linguagem bélica?

O discurso dos cartunistas, apoiados em sua crença na defesa de uma democracia conquistada historicamente e no desejo de ocidentalizar o Islã com um debate ofensivo, expresso em charges que abarcam fatores externos, tais como a nevrálgica relação política entre os interlocutores, as divergências religiosas, antigas pendências sócio-históricas que atravessam mares e gerações, constitutivos do todo que cria sentidos, essenciais à compreensão do enunciado, não teria feito de um lápis um fuzil Kalashnikov?

O discurso dos “delinquentes” islâmicos, em sua intolerância política e religiosa, que matam inocentes, jornalistas e judeus apoiados em sua crença na religião, não teria desenhado com sangue sua indignação nas ruas parisienses, ainda que de forma e dimensão absurdamente equivocadas, desproporcionais e desumanas?

Parece que ambas as partes, terroristas extremistas e cartunistas ofensivos, não se deram conta em bom tempo de que o enunciado e seus elementos constitutivos formam um todo criando sentidos e definindo destinos numa cadeia de discursos bélicos: cartunistas franceses ofendem muçulmanos (extremistas), muçulmanos matam franceses, franceses caçam e matam muçulmanos, franceses prosseguem em ataques com grafite.

Parece ser a violência física muito diferente da violência verbal para os ocidentais. Mas será que é assim para todos? Em algumas culturas, um insulto causa uma vergonha pior que a morte; em outras, a uma ofensa se responde com vingança. Para o cristianismo, por exemplo, tanto quem mata quanto quem insulta são “réus de juízo”. A Bíblia Sagrada (2000), no livro de Mateus, registra que aos antepassados teria sido ordenado não matar e quem o descumprisse seria julgado. Contudo, para Cristo, todo aquele que se irar contra seu irmão ou que proferir contra ele uma ofensa está sujeito a julgamento. Como encontrar, então, parâmetros balizadores para mensurar e avaliar o modo pelo qual uma pessoa se sente agredida? O ocidental sabe bem como fere um fuzil, mas saberia discernir quanto pode ferir uma palavra, uma charge, um enunciado, enfim?

Quando os franceses falam de um discurso em uma posição externa a ele e conflitante com ele, o resultado é uma caricatura grosseira que provoca uma interincompreensão, pois os enunciados do discurso foram interpretados segundo a semântica global do outro discurso: os cartunistas, inconformados com a intimidação que os terroristas islâmicos causam à classe e à sociedade, dispuseram-se a abrir a discussão com charges irônicas e provocativas que produziram humilhação e vexame. Na “crise das charges”, em que os primeiros veem um debate, os últimos percebem efeitos de sentidos a serem vingados.

Como se formam os discursos e como as pessoas se formam nesses discursos? Islâmicos e franceses são povos distintos. Cada povo lida com uma gama de atitudes e representações que não são de cada um em particular nem de todos ao mesmo tempo, e que se relacionam a posições de civilizações conflitantes umas com as outras, constituídas por formações discursivas interligadas, ditando o que pode e deve ser dito, articulado, aqui, em charges de jornal, a partir de uma posição político-ideológica definida em uma conjuntura sócio-histórica e cultural determinada, como já explicitado.

No entanto, parecendo desconsiderar tais fatos, os jornalistas franceses tentam legitimizar seu discurso em nome de uma liberdade irrestrita de expressão e de uma democracia conquistada historicamente, pretendendo evidenciar quão ilegítimo é o discurso dos extremistas islâmicos; estes, por sua vez, buscam legitimizar seu discurso em nome da liberdade de viver sua fé religiosa e sua luta política como as compreendem e de não se ocidentalizar, almejando realçar quão ilegítimo é o discurso dos cartunistas. Tal debate bélico parece revelar, como diz Possenti (2009, p. 38) ao se referir à luta pela utilização ou não de determinada palavra, em uma “linguagem politicamente correta”, “as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros”.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As charges francesas dão ao enunciado um significado que não está expresso, mas os leitores islâmicos, destinatários-alvo da mensagem, trazem consigo um já-dito e, por meio de sua memória discursiva, colocam no entendimento do enunciado seus valores históricos e ideológicos, produzindo efeitos de sentido: uma ofensa, um insulto, uma blasfêmia, no caso em questão.

Ao que parece, o entendimento dos jornalistas franceses não é simples efeito daquilo que os antecede e afeta. Eles têm claro para si seus objetivos. Além disso, quando ativamente deitam ingênua nanquim sobre o passivo papel, escolhem deixar de ser apenas consumidores para serem usuários dos discursos que enunciam, a partir de uma posição política adotada em um dado momento, sendo, portanto, condicionados, mas não determinados por uma formação discursiva.

Nesse sentido, nenhum discurso é ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção, coadunando-se com o entendimento de Possenti (2009). Sendo essencialmente sentido, um evento discursivo que não mais se repetirá e que traz todo um significado, que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, coloca-se como uma ação endereçada a um interlocutor, podendo gerar (re)ações, comunicar ideias e (des)fazer vínculos sociais. Os cartuns constituem enunciados que promovem reflexão, provocam novas atitudes e deflagram comportamentos.

Por isso, torna-se difícil o monitoramento dos efeitos de sentido e a previsão da amplitude e das consequências de um evento discursivo; corre-se o risco de uma interincompreensão, especialmente no caso em questão, em que franceses enunciam seu discurso a partir de uma posição exterior e conflitante com o discurso islâmico, e têm seus enunciados interpretados conforme os princípios desse outro discurso.

Assim, autoexpressão e religião embebidas em boa dose de sangue e política geram uma disputa de ideias e de poder pleiteados violentamente. Os franceses, lutando por humor e sátira sem fronteiras, usam como armas cartuns, esquecendo-se de que a unidade de sentido delinea as fronteiras do enunciado, relativizando,

talvez, os princípios franceses de liberdade, igualdade e fraternidade; indignados pela intimidação, desconhecem limites. Extremistas islâmicos, por seu turno, lutando por liberdade religiosa e política, usam como armas fuzis, esquecendo-se do Alcorão e das conquistas e interesses de seu povo, de sua nação; desrespeitados e humilhados, também recusam limites.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1., p. 21-46.

BÍBLIA sagrada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

CHARGES sangrentas de Maomé. Direção: Karston Kjaer. Copenhagen: Produção de Freeport Media A/S & Associates, 2007. Vídeo online (52 mim), son. color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wMCCGsZEa9k>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MALDITOS cartunistas: um documentário de Daniel Garcia e Daniel Paiva. Direção de: Daniel Garcia; Daniel Paiva. [s.l.]: Cavídeo, Tarja Preta, Daniéis Entretenimento, 2011. Trailer do filme. (3 min) son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhFxxC_gLgM>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOURA, Sérgio Arruda de; LUQUETTI, Eliana; BANDOLI, Giselda Dutra. A metodologia interdisciplinar: o linguístico e o discursivo na abordagem das línguas e dos textos. In: LYRA, Pedro (Org.). **Conhecimento em processo: ensaios interdisciplinares sobre linguagem e cognição**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: EDUENF, 2011, p. 171-190.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Introdução. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 7-15.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROSE, Flemming. A expressão não pode ter limites. **Revista Veja**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 64-65, 2015.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 209-233.

SILVA, Adriana Pucci Pentead de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 45-69.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

WATKINS, Nathalia. A Europa contra o mal. **Veja**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 57-60, 2015.

WOLF, Eduardo. Não temos medo. **Veja**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 72-73, 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-89-5

